



ICPREV

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ata da **quinta reunião ordinária** do ano de 2026, do **Comitê de Investimentos** do Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV.

No dia 21 de maio de 2026, as 13h:30m, foi realizada na sede do ICPREV, a quinta reunião ordinária do ano de 2026 do Comitê de Investimentos. Reuniram-se os membros titulares, Sra. Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz, Sr. Luís Gustavo Vieira de Britto, Sr. Diego Rafael Alves e o Sr. Adilson Eduardo Sobczack. Dando início a reunião foi debatido sobre o **cenário econômico**. No cenário internacional, o choque de energia consolidou-se como um elemento estrutural do cenário macro, forçando bancos centrais a recalibrar seus cenários diante do risco crescente de efeitos de segunda ordem. A assimetria do balanço de riscos está se deslocando e está começando a pender claramente para o lado inflacionário nas principais economias. No Brasil, a combinação de inflação persistente, atividade resiliente e expectativas em deterioração reduziu materialmente o espaço para flexibilização monetária no horizonte relevante. Nos EUA, o ciclo econômico segue mais resiliente do que o esperado, mas com mudança na composição do crescimento na margem. Investimentos em equipamentos e IA lideram como motor da atividade, enquanto a queda da taxa de poupança a 3,6% sinaliza menor fôlego adiante para o consumo das famílias, que perdeu certo ímpeto no início de 2026. A deterioração da inflação na margem e a presença de três divergências no FOMC sugerem transição para uma comunicação mais neutra, apesar da manutenção do viés de afrouxamento monetário na comunicação recente. A expectativa é de um cenário de Fed Funds estável em 2026, com probabilidade marginal de cortes ao final do ano, condicionada à clara dissipação do choque energético. No Brasil, a combinação de reaceleração da atividade, mercado de trabalho apertado e inflação em deterioração e com alta das expectativas configura cenário mais hostil para o ciclo de calibragem em curso. IBC-Br forte no 1Tri26, criação líquida de 205,5 mil vagas dessazonalizadas em março e salários reais crescendo acima da produtividade contrastam com a narrativa de desaceleração mantida pelo Copom. Na inflação, a aceleração disseminada dos núcleos do IPCA-15 de abril reforça risco altista relevante adiante. A introdução do conceito de “extensão” do ciclo na comunicação pós-Copom de abril, somada à elevação da projeção condicional de inflação no horizonte relevante (de 3,3% para 3,5%), sinaliza reavaliação do orçamento total de flexibilização. De forma geral, a comunicação reforçou um cenário mais cauteloso, embora, o tom tenha permanecido relativamente moderado diante dos riscos atualmente incorporados ao cenário. Um aspecto relevante da ata de abril foi a ausência de uma discussão mais detalhada sobre o tema da “extensão” do ciclo de calibragem, apesar de ter sido um dos principais elementos novos introduzidos no comunicado pós-reunião de abril. Assim, a expectativa ainda é de continuidade do ciclo de calibragem, com outro corte de 25 bps na reunião de junho. A combinação de inflação acelerando, expectativas de inflação em alta, mercado de trabalho resiliente e sinais de reaceleração da atividade mantém relativamente baixa a probabilidade de um retorno a um ritmo mais acelerado de afrouxamento, mesmo em caso de alguma desescalada geopolítica. Em um cenário alternativo envolvendo persistência do conflito no Oriente Médio, preços de energia elevados, nova deterioração das expectativas de inflação e continuidade da resiliência da atividade doméstica, não deve ser descartada a possibilidade de uma pausa no ciclo de calibragem na virada do semestre. No ambiente atual, e na ausência de medidas capazes de conter a deterioração das expectativas de inflação, os riscos permanecem inclinados para cima. Em seguida, foi debatido sobre a **carteira de investimentos**. A composição da carteira de investimentos por segmento finalizou o mês de abril com 81,15% aplicados em renda fixa, 11,76% aplicados em renda variável, 3,29% aplicados em investimentos no exterior e 3,80% aplicados em investimentos estruturados. Os recursos investidos na carteira previdenciária do ICPREV totalizaram no final do mês de abril o valor de R\$ 137.748.894,02. A carteira finalizou o mês de abril com 1,50% rentabilidade e a meta atuarial em 1,25%, resultando em 0,25% acima da meta no período. Ficou decidido por unanimidade a aquisição de aproximadamente 8 milhões em títulos públicos federais, NTN-B com vencimentos 2031 e 2032, marcados na curva, sendo o aproximado de 4 milhões para cada vencimento, tendo em vista: i) aderência a Política de Investimentos 2026 e ao estudo ALM vigente; ii) diminuição da volatilidade da carteira em momento de incertezas no cenário econômico e geopolítico global; iii) taxas atrativas acima da meta atuarial. O montante será resgatado do fundo BB PREVID PERFIL, referente a valores do aporte do déficit atuarial. O gestor de recursos comentou que para novas aplicações a serem realizadas na compra direta de títulos públicos, deve-se observar as vedações e obrigações a serem





ICPREV

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

atendidas pela nova resolução CMN nº 5.272/2025, em especial a comprovação documental no que estabelece o parágrafo 2º, incisos I, II, III e IV do artigo 22 da resolução. Em seguida, foi decidido por unanimidade o resgate total do fundo CAIXA BRASIL GESTAO ESTRATÉGICA, tendo em vista: i) rentabilidade abaixo do CDI em períodos de 12 meses e 36 meses; ii) possui volatilidade e risco maior comparado a fundos 100% títulos públicos que entregam rentabilidade superior com as atuais taxas Selic; iii) o fundo possui rentabilidade positiva conforme a aquisição de cotas durante o período investido. O resgate será realizado entre as próximas semanas, conforme condições de mercado e o montante aproximado de 3,8 milhões será distribuído de forma igual para os fundos ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND REDA FIXA e TREND PÓS-FIXADO RENDA FIXA, fundos com menor volatilidade e risco e que buscam superar o CDI. Em seguida, foi demonstrada **documentação inerente ao Comitê para atender requisitos do Pró-Gestão nível II**. O Comitê debateu sobre o cronograma mensal de atividades que deve ser elaborado e publicado, ficando a minuta do documento a ser analisada e ajustada para deferimento na próxima reunião. Ainda, o gestor de recursos trouxe para o conhecimento do Comitê, a **notificação CADPREV referente a nova resolução CMN**, que ocorreu no envio do DAIR competência 03/2026, referente às APRs de aplicação nº A2603001 e A2603000 das chamadas de capital dos fundos FIP e APR de aplicação nº A26003018 da incorporação de fundo vinculado a investimentos no exterior. Dessa forma o sistema entende que é uma ação vedada pela nova resolução, porém como o primeiro caso se trata de chamadas de capital, onde a subscrição dos respectivos fundos foi realizada em período anterior a vigência da nova resolução, e o segundo caso se trata de incorporação/fusão de fundo, a exceção é autorizada conforme artigo 27 da Resolução CMN nº 5.272/2025. Contudo, a notificação gerada torna o critério de consistência do DAIR irregular no extrato da CRP. O gestor de recursos informou que formulou consulta junto ao portal GESCON para maiores esclarecimentos, ficando no aguardo da resposta. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.

-Relatórios da carteira de investimentos, de aplicações e resgates, de cenário macroeconômico e demais relatórios complementares, podem ser acessados através do site da instituição, no endereço <http://icprev.sc.gov.br/investimentos>.

Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz

Diretora Executiva
Presidente do Comitê – CGINV I

Luís Gustavo Vieira de Britto

Diretor Administrativo Financeiro
Gestor de Recursos - CGINV III

Diego Rafael Alves

Membro do Conselho de Administração – CGINV I

Adilson Eduardo Sobczack

Membro do Sindicato – CGINV I

